



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.^a SL

Aos 21 dias do mês de janeiro de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 234/XII, relativa à reunião de 14 de janeiro de 2015
2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para realização de audições sobre o sector do táxi
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e da Autoridade da Concorrência sobre questões relacionadas com o custo da energia
4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações sobre a participação ativa na transferência de prejuízos de uma sociedade privada para o Estado
5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 275/XII/4.^a (GOV) – Aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional
- Relator: Deputado João Paulo Correia (PS)
6. Fixação de redações finais relativas às seguintes iniciativas:
 - Projeto de Resolução n.º 936/XII/3.^a – Recomenda ao Governo que considere “A execução da variante à Estrada Nacional 14, entre os Concelhos de Vila Nova de Famalicão, Trofa e Maia, como uma obra prioritária, dado o seu carácter absolutamente decisivo para o elevado índice industrial situado a norte da Área Metropolitana do Porto e na área sul do Vale do Ave”
 - Projeto de Resolução n.º 1208/XII/4.^a – Recomenda ao Governo que avance com um modelo infraestrutural que permita a melhoria das



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.ª SL

acessibilidades na Estrada Nacional 14, nomeadamente nas zonas de “confluência” com os concelhos da Maia, Trofa e Vila Nova de Famalicão

7. Outros assuntos

Por impossibilidade de comparência do Senhor Presidente, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente, Fernando Serrasqueiro.

1. Apreciação e votação da ata n.º 234/XII, relativa à reunião de 14 de janeiro de 2015

Submetida à votação, foi a ata n.º 234/XII/4.ª, relativa à reunião de 14 de janeiro de 2015, aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para realização de audições sobre o sector do táxi

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o requerimento, afirmando que o mesmo era explícito e que a questão tinha sido já objeto de análise por parte dos restantes grupos parlamentares e realçando a importância do acompanhamento desta matéria.

Usou da palavra o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD), para informar que o seu grupo parlamentar concordava com o requerimento e sugerir que as audições se realizassem no Grupo de Trabalho – Audiências da CEOP, tendo em conta o conjunto de outras audições que terão de se realizar no plenário da Comissão, sugestão que foi aceite pelo autor do requerimento.

Submetido o requerimento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.ª SL

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e da Autoridade da Concorrência sobre questões relacionadas com o custo da energia

De seguida, a Senhora Deputada Hortense Martins (PS) apresentou o requerimento em epígrafe, realçando a importância das questões da energia, tanto do ponto de vista da concorrência como da regulação. Defendeu que estas questões tinham de ser aprofundadas e atentamente avaliadas, cabendo aos Deputados fazê-lo em sede desta Comissão.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) interveio, informando que o PSD nada tinha a opor ao requerimento, mas, tendo em consideração que a Autoridade da Concorrência ia ser ouvida pela Comissão, sobre matéria conexa, na sequência do requerimento do PCP aprovado na reunião ordinária anterior, sugeria que a audição recaísse sobre as duas matérias em conjunto, pelo que dever-se-ia votar apenas a audição da ERSE.

Pronunciou-se o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) para concordar com o requerimento e a sugestão apresentada pelo orador anterior e alertar para a necessidade de avisar a Autoridade da Concorrência que se pronunciará sobre as duas matérias.

Pelo Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) foi afirmado que nada tinha a opor que a audição fosse sobre os dois assuntos, desde que a gelha de tempos refletisse esse facto, para não prejudicar nenhum deles, pois embora sejam temas próximos não são exatamente a mesma coisa.

Tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Hortense Martins (PS), para informar que aquando da elaboração do requerimento essa questão foi equacionada, mas acabou por considerar que os temas eram de natureza diferente. Não obstante, afirmou, não discorda da proposta apresentada pelo Deputado Nuno Matias, tendo alertado para a possibilidade de surgir a necessidade de agendamento de uma nova audição da Autoridade da Concorrência na sequência da audição da ERSE.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente submeteu o requerimento a votação, com a condição apresentada pelo PSD, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Ainda antes de se passar ao ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) solicitou o uso da palavra, para apelar aos outros grupos parlamentares que ponderassem a possibilidade de a audição do IMT, aprovada no ponto anterior da ordem do dia, ser feita em plenário da Comissão.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações sobre a participação ativa na transferência de prejuízos de uma sociedade privada para o Estado

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o requerimento, tendo considerado a matéria de enorme gravidade e altamente delicada do ponto de vista político. Ao longo da sua intervenção, referiu o contrato de financiamento para a construção do troço Poceirão-Caia, parte integrante da ligação ferroviária de alta velocidade entre Lisboa e Madrid, contraído pelo consórcio ELOS – Ligações de Alta Velocidade, e a dupla intervenção de Sérgio Monteiro nesse contrato, na qualidade de representante de um dos acionistas do consórcio (a Caixa Geral de Depósitos, S.A.) e na de responsável da Caixa-Banco de Investimento, que liderava o sindicato financeiro a quem o consórcio ELOS contratou o financiamento. Referiu depois a intervenção da mesma pessoa, enquanto Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, e da Secretária de Estado das Finanças, em janeiro de 2013, na decisão que transfere para a Parpública a posição contratual do consórcio ELOS nas linhas de financiamento contratualizadas com o sindicato bancário, incluindo os contratos *swap* que lhes estavam associados. Referiu também o facto de dois outros secretários de Estado terem sido afastados de funções por terem participado em decisões de contratos *swaps* especulativos e prejudiciais ao Estado quando exerciam funções de dirigentes ou administradores de empresas públicas. Tendo afirmado que os contratos *swaps* em causa implicam uma perda potencial para o Estado de 153



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.ª SL

milhões de euros e que uma das linhas de crédito acabou por ficar no consórcio ELOS enquanto o contrato *swap* que lhe estava associado passou para o encargo do Estado, concluiu que Sérgio Monteiro agiu em causa própria, não defendeu o interesse público, misturou negócios com funções governativas e transferiu para o Estado uma perda potencial enquanto o crédito ficou com o privado, pelo que deveria esclarecer as razões destas decisões e a maioria não deveria impedir o Secretário de Estado de vir à Comissão.

Usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para informar que o seu grupo parlamentar iria votar a favor da audição requerida e considerar importante ouvir o Secretário de Estado explicar por que é que as decisões que tomou são boas para 180 milhões de euros e as que foram tomadas em relação a 1008 milhões de euros são más. Afirmou que o comunicado do Secretário de Estado, a propósito desta questão, explica as vantagens de não se ter transformado as perdas potenciais em perdas reais e realçou que foi isso que foi feito em relação a 9 empresas públicas, que transformaram perdas potenciais de 2000 milhões de euros em perdas reais de 1000 milhões de euros. Concluiu que seria bom que o Secretário de Estado explicasse por que é que ele tem razão e a Ministra de Estado e das Finanças não tem.

Pelo Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) foi afirmado que o seu grupo parlamentar não percebia bem como é que o PS voltava a pegar neste tema nem os termos em que o fazia. Afirmou que o requerimento traduzia desconhecimento do que é que era um *swap* e do trabalho desenvolvido na comissão de inquérito sobre este assunto. Explicou que esta decisão tinha sido tomada porque este contrato *swap* estava associado a um contrato de financiamento, que os outros eram contratos complexos, e que todos foram analisados na referida comissão de inquérito, tendo sido explicadas as razões que tinham levado à transferência deste financiamento. Reiterou que todos os contratos com potencial elevado de risco tinham sido cancelados e que este contrato não incorporava essa componente de complexidade. Argumentou que a intenção do PS era a de tentar esquecer o relatório do Tribunal de Contas sobre o TGV e que esse partido é que deveria explicar como é que foi responsável pela forma como as empresas públicas fizeram contratos *swaps*.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.ª SL

Concluiu, afirmando que o atual Governo decidiu acabar com este tipo de contratos e evitar que se celebrassem novos contratos com esta natureza.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) realçou a data da assinatura do contrato que deu origem a este *swap*, que se verificou meses depois da anulação do contrato Lisboa/Poceirão, quando as condições financeiras já estavam mais degradadas. Fazendo referência à constituição do consórcio, questionou por que razão se tinha assinado o contrato Poceirão-Caia e referiu os relatórios da Deloitte e do Tribunal de Contas sobre a assinatura do contrato Poceirão-Caia. Prosseguiu explicando que o Governo tinha decidido pedir a um conjunto de entidades, entre elas o IGCP, um estudo sobre todos os contratos *swap*. Nesse estudo, os *swap* foram divididos em tóxicos, muito tóxicos e não tóxicos, tendo o Governo decidido resgatar todos os *swap* muito tóxicos. A este propósito lembrou os trabalhos da comissão de inquérito já referida e as discussões aí havidas, referindo que não se lembrava de o PS ter levantado dúvidas, nessa altura, sobre este contrato. Concluiu, afirmando que o assunto estava já discutido pelo que o seu grupo parlamentar iria votar contra o requerimento.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para, fazendo referência ao facto de ter integrado a comissão de inquérito, lembrar que as fichas técnicas dos contratos *swap* transferidos para a Parública referirem uma perda de 15 milhões de euros. Se em dois anos as perdas passaram de 15 para 150 milhões de euros, então, ou este contrato *swap* era especulativo e lesivo para o Estado, ou a sua ficha técnica não foi transmitida à comissão de inquérito. Expressou ainda preocupação com este contrato e também com a contradição nas declarações dos membros do Governo. Concluiu afirmando que havia opções do ponto de vista financeiro que em relação aos contratos *swap* eram passíveis de crítica.

Respondeu o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP), reiterando as afirmações anteriores sobre a análise feita pelo IGCP aos contratos *swap* e reafirmando que este contrato foi considerado à data que não tinha a toxicidade que outros tinham e que o Governo resgatou, numa tentativa de estancar as perdas naquele momento. Reiterou a desnecessidade de fazer esta discussão de novo.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.^a SL

O autor do requerimento tornou a intervir, para argumentar que a eventual culpa do Secretário de Estado neste negócio não prescrevia com o fim dos trabalhos da comissão de inquérito. Reafirmou que tinha sido reconhecido que todos os *swaps* eram especulativos, porque estavam associados à evolução futura dos mercados; que tinha sido conveniente à maioria separar os *swaps* bons dos maus, colocando do lado dos bons os da responsabilidade de Sérgio Monteiro e Maria Luís Albuquerque e do lado dos maus os de Juvenal Peneda e Mário Lino. Reiterou as suas anteriores afirmações sobre o facto de a linha de crédito ter ficado no consórcio ELOS mas o *swap* que lhe estava associado ter passado para o Estado e reafirmou a utilidade de o Secretário de Estado ir à Comissão prestar esclarecimentos.

Finalmente, o Senhor Deputado Afonso Oliveira (PSD) referiu falta de rigor nas afirmações do orador antecedente e reiterou que todos os membros do Governo anterior poderiam explicar melhor por que razão estes contratos tinham sido feitos.

Submetido à votação, foi o requerimento rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS e do PCP.

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 275/XII/4.^a (GOV) – Aprova o novo Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional

- Relator: Deputado João Paulo Correia (PS)

De seguida, o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou sucintamente o parecer na generalidade sobre a Proposta de Lei n.º 275/XII/4.^a.

Intervieram os Senhores Deputados Hélder Amaral (CDS-PP) e Carina Oliveira (PSD), para cumprimentar o relator, considerar a matéria técnica e realçar a responsabilidade acrescida na aprovação deste diploma.

Submetidas à votação, foram as partes I e III do parecer aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.ª SL

6. Fixação de redações finais relativas às seguintes iniciativas:

- **Projeto de Resolução n.º 936/XII/3.ª – Recomenda ao Governo que considere “A execução da variante à Estrada Nacional 14, entre os Concelhos de Vila Nova de Famalicão, Trofa e Maia, como uma obra prioritária, dado o seu carácter absolutamente decisivo para o elevado índice industrial situado a norte da Área Metropolitana do Porto e na área sul do Vale do Ave”**

- **Projeto de Resolução n.º 1208/XII/4.ª – Recomenda ao Governo que avance com um modelo infraestrutural que permita a melhoria das acessibilidades na Estrada Nacional 14, nomeadamente nas zonas de “confluência” com os concelhos da Maia, Trofa e Vila Nova de Famalicão**

A propósito da fixação da redação final destas iniciativas, usou da palavra o Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) para informar que aceitava as sugestões apresentadas pelo serviço competente exceto a de formular um texto único para as duas iniciativas.

Tendo os restantes grupos parlamentares expressado concordância, ficou a redação final fixada, sem votos contra, nos termos referidos.

7. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que tinha dado entrada na Comissão, no dia 19, um requerimento do PS para audição do Presidente do Conselho de Administração da CP, o qual tinha sido distribuído para conhecimento.

Tendo os grupos parlamentares presentes concordado em apreciar e votar de imediato este requerimento, usou da palavra o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) para o apresentar de modo sucinto, realçando a necessidade de debater os motivos que levaram à decisão da oferta na linha de Cascais.

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) informou que o seu grupo parlamentar concordava com o requerimento.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.ª SL

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

De seguida, o Senhor Presidente informou que estava agendada para o dia 27 de janeiro, às 15 horas, a audição da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, na sequência do requerimento do PCP que tinha sido aprovado na reunião anterior, e para o dia 4 de fevereiro a audição regimental do Ministro da Economia, que tinha sido adiada a seu pedido.

A reunião foi encerrada às 11:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de janeiro de 2015.

O VICE-PRESIDENTE

(FERNANDO SERRASQUEIRO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 236/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
Luís Leite Ramos
Luís Vales
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Odete Silva
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
João Paulo Correia
Mário Magalhães
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Altino Bessa
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Mariana Mortágua